

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
06/03/2026	INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS UNIDADE REGIONAL DE FLORESTAS E BIODIVERSIDADE RIO DOCE	2101018

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Samira Machado Alves E-mail: samira.alves@meioambiente.mg.gov.br	Núcleo de Administração e Finanças

SUMÁRIO

- 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 6 - PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 7 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
- 8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 9 - HABILITAÇÃO
- 10 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
- 11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 12 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da prestação de serviços de INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO (SPLIT), sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	01	30600	INSTALACAO DE EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT OU SPLIT CASSETE	AR CONDICIONADO SPLIT - MODELO: HIGHWALL (DE PAREDE); TECNOLOGIA: INVERTER; CICLO: FRIO; CAPACIDADE TERMICA: 12.000 BTUS/H.	03	UNIDADE	R\$ 1.834,00	R\$ 5.502,00
Ú N I C O								

02	30600	INSTALACAO DE EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT OU SPLIT CASSETE	AR CONDICIONADO SPLIT - ODELO: HIGHWALL (DE PAREDE); TECNOLOGIA: INVERTER; CICLO: FRIO; CAPACIDADE TERMICA: 18.000 BTUS/H.	03	UNIDADE	R\$ 2.100,66	R\$ 6.301,98
TOTAL						R\$ 11.803,98	

1.2. Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

1.2.1. Compra com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

1.3. Da Contratação:

1.3.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa.

1.4. Descrição da Solução:

1.4.1. A solução consiste na contratação de serviços comuns de engenharia para a instalação técnica de condicionadores de ar tipo Split (sistema de expansão direta), destinados à Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Rio Doce. A solução é concebida como um conjunto integrado de operações técnicas, fornecimento de materiais de consumo e instrumentação especializada, visando a entrega de ambientes climatizados com eficiência energética e segurança operacional.

1.4.2. Os serviços compreendem, de forma indissociável:

1.4.2.1. **Instalação Física e Fixação:** Montagem de unidades evaporadoras e condensadoras em suportes de alta resistência (polímero ou metal galvanizado), com nivelamento preciso para evitar ruídos e vibrações.

1.4.2.2. **Interligação Fluido-Mecânica:** Execução de linha frigorígena em tubulação de cobre (conforme diâmetros nominais do fabricante), com isolamento térmico individual em polietileno expandido para evitar perdas térmicas e condensação externa.

1.4.2.3. **Integração Elétrica e de Controle:** Cabeamento de comando entre unidades e conexão à rede elétrica protegida, garantindo o acionamento seguro dos compressores.

1.4.2.4. **Gestão de Fluidos e Estanqueidade:** Realização de vácuo no sistema para desidratação da linha, teste de estanqueidade sob pressão de nitrogênio e, se necessário, complementação de carga de gás refrigerante ecológico.

1.4.3. Especificação Técnica e Requisitos de Qualidade (Art. 40, § 1º, I) em observância aos requisitos de **rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança**, a solução deverá seguir os seguintes parâmetros:

1.4.3.1. **Qualidade e Compatibilidade:** Os materiais (cobre, cabos e isolantes) devem ser compatíveis com a tecnologia *Inverter* ou convencional dos aparelhos, garantindo que não haja perda de garantia do fabricante do equipamento.

1.4.3.2. **Rendimento:** A instalação deve assegurar a manutenção do coeficiente de performance (COP) original dos aparelhos, com vedação térmica em todas as passagens de parede.

1.4.3.3. **Durabilidade:** Utilização de materiais resistentes à corrosão e intempéries na unidade externa, com fixação que suporte a carga estática e dinâmica do equipamento.

1.4.3.4. **Segurança:** Obediência rigorosa às normas da ABNT e NR-10/NR-35, garantindo proteção contra curtos-circuitos e quedas de componentes.

1.4.4. Ciclo de Vida do Objeto (Art. 6º, XXIII, "c") e a solução foi planejada considerando as etapas do ciclo de vida para garantir a sustentabilidade e o melhor custo-benefício ao longo do tempo:

1.4.4.1. **Fase de Planejamento e Instalação:** Seleção de materiais de primeira linha para evitar manutenções corretivas precoces e garantir a estanqueidade do sistema por longos períodos.

1.4.4.2. **Fase de Operação e Uso:** A instalação técnica adequada garante o menor consumo de energia elétrica possível e a qualidade do ar interior, minimizando o esforço mecânico dos compressores.

1.4.4.3. **Fase de Manutenção:** A disposição dos equipamentos deve permitir fácil acesso para futuras limpezas de filtros, higienização química e verificação de pressão, prolongando a vida útil do bem.

1.4.4.4. **Fase de Descarte:** Os resíduos gerados na instalação (sobras de cobre, embalagens plásticas e papelão) deverão receber destinação final ambientalmente adequada pela contratada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade premente de garantir a habitabilidade e a funcionalidade das instalações da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade (URFBio) Rio Doce. A aquisição prévia de aparelhos de ar condicionado visa mitigar as altas temperaturas características da região, que impactam diretamente a produtividade dos servidores e a integridade de equipamentos de TI e monitoramento ambiental.

2.2. A solução de contratação de serviços de instalação especializada (em vez do uso de mão de obra própria) justifica-se pela complexidade técnica envolvida — manuseio de gases refrigerantes, testes de estanqueidade e vácuo — exigindo instrumentação específica que a unidade não dispõe. A solução escolhida mostrou-se a mais vantajosa sob o aspecto do custo-benefício, uma vez que a instalação adequada, realizada por empresa capacitada:

2.2.1. Preserva a Garantia de Fábrica: Instalações executadas por terceiros não qualificados invalidam a garantia dos compressores.

2.2.2. Eficiência Energética: O cumprimento dos procedimentos de vácuo e carga de gás exata reduz o consumo de energia elétrica em até 30% se comparado a uma instalação precária.

2.3. Benefícios Diretos: Climatização imediata dos ambientes de trabalho; extensão da vida útil dos aparelhos de ar condicionado; redução de ruídos operacionais nas salas.

2.4. Benefícios Indiretos: Melhoria do clima organizacional e saúde ocupacional (conforto térmico); preservação do patrimônio público contra oxidação e superaquecimento de componentes eletrônicos.

2.5. A ausência desta contratação resultará na ociosidade dos aparelhos já adquiridos, configurando desperdício de recurso público. Além disso, a permanência em ambientes com temperaturas elevadas compromete a saúde dos servidores, podendo gerar passivos trabalhistas e redução da eficiência no atendimento às demandas ambientais da região do Rio Doce.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os requisitos abaixo são as condições mínimas indispensáveis para assegurar que a execução do serviço atenda aos padrões de qualidade, segurança e durabilidade esperados pela Administração, sem restringir indevidamente a competitividade.

3.2. Requisitos Técnicos de Execução

3.2.1. Mão de Obra Qualificada: A Contratada deverá disponibilizar profissionais técnicos com experiência comprovada em sistemas de refrigeração e climatização, capazes de realizar intervenções em circuitos frigorígenos e comandos elétricos.

3.2.2. Instrumental Obrigatório para a execução dos serviços, a equipe técnica deverá portar, obrigatoriamente:

3.2.2.1. Bomba de vácuo (mínimo 5 CFM) para desidratação do sistema;

3.2.2.2. Conjunto de manômetros (Manifold) compatível com o fluido refrigerante do aparelho (Ex: R-410A ou R-32);

3.2.2.3. Vacuômetro eletrônico para aferição precisa da pressão negativa;

3.2.2.4. Multímetro e alicate amperímetro para testes elétricos de start-up.

3.3. Requisitos de Materiais e Insumos

3.3.1. Padrão de Qualidade: Todos os materiais fornecidos (tubulação de cobre, isolamento térmico, cabos PP e suportes) deverão ser novos, de primeira linha e atender às normas técnicas da ABNT.

3.3.2. Compatibilidade Inverter: Nos casos de aparelhos com tecnologia Inverter, os cabos de comando e a tubulação devem seguir rigorosamente as bitolas e especificações contidas no manual do fabricante, sob pena de recusa do serviço.

3.4. Requisitos de Segurança e Sustentabilidade

3.4.1. Segurança do Trabalho: Os técnicos deverão utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, especialmente para trabalhos em altura (se houver instalação de condensadoras em fachadas) e riscos elétricos, conforme as Normas Regulamentadoras NR-35 e NR-10.

3.4.2. Gestão de Resíduos: A Contratada é responsável pelo recolhimento e destinação final de quaisquer resíduos gerados (sobras de fios, embalagens, entulhos de furação), mantendo a área da URFBio Rio Doce limpa e organizada ao final de cada jornada.

3.5. Requisitos de Garantia dos Serviços

3.5.1. A Contratada deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses para os serviços de instalação, contados a partir do ateste definitivo.

3.5.2. Caso ocorra vazamento de fluido refrigerante decorrente de falha na execução (flange mal feita ou solda porosa) dentro do prazo de garantia, a Contratada deverá realizar o reparo e a nova carga de gás sem ônus para o IEF.

3.6. Da Participação de Consórcios:

3.6.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

3.7. Da Participação de Cooperativa:

3.7.1. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

3.8. Da Subcontratação:

3.8.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.9. Da Sustentabilidade:

3.9.1. Em observância ao art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Decreto Estadual nº 48.938/2024, a execução do objeto deverá pautar-se por critérios de sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica e social, conforme detalhado abaixo:

3.9.1.1. Dimensão Ambiental e Gestão de Resíduos

3.9.1.1.1. Logística Reversa e Destinação de Resíduos: A Contratada deverá dar destinação final ambientalmente adequada a todos os resíduos sólidos gerados pela instalação (sobras de tubulação de cobre, fiação, papelão, plásticos e isopor das embalagens), priorizando o encaminhamento para associações de catadores ou empresas de reciclagem, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

3.9.1.1.2. Controle de Emissões de Fluidos Refrigerantes: Durante a instalação e testes de estanqueidade, a Contratada deve garantir a ausência de vazamentos para a atmosfera de fluidos refrigerantes (como o R-410A ou R-32), que, embora não agride a camada de ozônio, possuem alto potencial de aquecimento global (GWP). É obrigatória a utilização de bomba de vácuo para garantir o ciclo fechado e eficiente.

3.9.1.1.3. Eficiência Energética: A instalação deve seguir rigorosamente os manuais técnicos para garantir que o índice de eficiência energética (IDRS/Índice de Desempenho Resfriamento Sazonal) do aparelho seja atingido, evitando o consumo excessivo de energia por má condução térmica ou subdimensionamento de componentes.

3.9.2. Dimensão Social e Econômica

3.9.2.1. Saúde e Segurança Ocupacional: A Contratada deve assegurar que todos os colaboradores utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e possuam treinamento para trabalho em altura (NR-35) e eletricidade (NR-10), promovendo um ambiente de trabalho seguro e digno.

3.9.2.2. Desenvolvimento Local: Recomenda-se, sempre que possível, a utilização de insumos e mão de obra local para reduzir a pegada de carbono relativa ao deslocamento e fomentar a economia da região do Rio Doce.

3.9.3. Comprovação das Práticas de Sustentabilidade

3.9.3.1 A comprovação do cumprimento destas exigências dar-se-á mediante:

3.9.3.1.1. Declaração de Destinação de Resíduos: A ser entregue juntamente com a Nota Fiscal, informando que os resíduos foram devidamente destinados ou reciclados.

3.9.3.1.2. Ateste do Fiscal: Verificação in loco do uso de materiais recicláveis (ex: suportes de polímero reciclável ou metal reciclável) e da organização do canteiro de serviço.

3.10. Insumos Prioritários:

3.10.1. Na aquisição de materiais de consumo para a instalação (canaletas, suportes, vedações), a Contratada deverá priorizar produtos que utilizem matéria-prima reciclada ou que possuam selos de certificação ambiental, desde que mantenham a compatibilidade técnica exigida.

3.11. Justificativa de Aplicabilidade:

3.11.1. Este item foi elaborado em harmonia com o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#), focando no ciclo de vida do serviço, desde a instalação (menor desperdício de materiais) até a fase de uso (maior eficiência energética garantida pela boa técnica).

3.12. Da Indicação de Marcas ou Modelos:

3.12.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.13. Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:

3.13.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.14. Da Exigência de Carta de Solidariedade:

3.14.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.15. Da Garantia da Contratação:

3.15.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

3.16. Condições e Especificações da Garantia do Serviço:

3.16.1. Será aplicada ao serviço somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), cujo prazo é de 30 (trinta) dias para serviços não-duráveis e de 90 (noventa) dias para serviços duráveis.

3.17. Da Vistoria

3.17.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Prazo e Condições da Prestação do Serviço:

4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1.1. Início da execução do objeto: até 15 (quinze) dias da data da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente.

4.1.1.2. Descrição dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho.

4.1.1.2.1. Procedimentos Técnicos de Instalação: Os serviços devem compreender a montagem de unidades evaporadoras e condensadoras com suportes de alta resistência e nivelamento preciso; interligação fluido-mecânica em tubulação de cobre com isolamento térmico individual; integração elétrica e de controle conforme normas da ABNT e NR-10; e gestão de fluidos, incluindo teste de estanqueidade sob pressão de nitrogênio e realização de vácuo no sistema (mínimo de 500 microns).

4.1.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Os serviços deverão ser concluídos em sua totalidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da execução, respeitando o limite de 15 (quinze) dias para o início após a ordem de serviço.

4.1.1.4. Etapas e Rotinas:

4.1.1.4.1. Etapa 01 (Preparação): Conferência dos aparelhos e marcação dos pontos de furação em até 02 dias após o definido no item 4.1.1.1.

4.1.1.4.2. Etapa 02 (Instalação Física): Fixação de suportes e unidades em até 05 dias após concluída a Etapa 01.

4.1.1.4.3. Etapa 03 (Comissionamento): Testes de vácuo, carga de gás e startup em até 03 dias após concluída a Etapa 02.

4.1.1.5. Demais condições:

4.1.1.5.1. A contratada é responsável pela limpeza imediata do local e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados (sobras de tubulação, fiação e embalagens).

4.2. Do Local e Horário da Prestação do Serviço:

4.2.1. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços e horários:

4.2.1.1. Caratinga - Rua Raul Soares, nº 100, salas 801 e 1001, Centro.

4.2.1.2. Conselheiro Pena - Sede do Parque Estadual Sete Salões - Rua Agenor Agrario de Andrade, nº 1491, Centro.

4.2.1.3. Guanhães - Rua Barão do Rio Branco, nº 348, Centro.

4.2.1.4. Itabira - Sede do Parque Estadual Mata do Limoeiro - Fazenda Santa Rosa - Estrada Laranjeiras, s/nº, Distrito Ipoema.

4.2.1.5. João Monlevade - Rua José Bernado Cota, nº 59, Bairro JK .

4.2.1.6. Horário: De segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, observando os intervalos de descanso regulamentares.

4.2.2. Agendamento:

4.2.2.1. A execução deverá ser previamente agendada com o Núcleo de Administração e Finanças através do e-mail: samira.alves@meioambiente.mg.gov.br, que repassará o agendamento às unidades interessadas.

4.3. Dos Materiais a Serem Disponibilizados:

4.3.1. Não será necessário disponibilizar materiais de consumo e de uso duradouro pela CONTRATANTE.

4.4. Do Regime de Execução:

4.4.1. O regime de execução do contrato será de **Execução Indireta por Preço Unitário**, visto que a remuneração é feita por cada unidade de aparelho efetivamente instalado conforme a tabela do objeto.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Do Recebimento:

5.1.1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

5.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.1.5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo(s) detalhado(s) que comprove(m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.9. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do Contratado pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2. Da Avaliação da Execução do Objeto:

5.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a verificação direta da Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório

e Definitivo, conforme previsto no Anexo deste Termo de Referência, ou documento que o substitua, para aferir a qualidade e a conformidade dos serviços prestados.

5.2.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

5.2.3. Para fins de medição e avaliação, serão adotados os seguintes critérios adicionais:

5.2.3.1. Verificação de Conformidade: A fiscalização conferirá se os materiais utilizados (tubulações, isolamento, suportes) correspondem às especificações técnicas exigidas e se a instalação segue as normas da ABNT e do fabricante.

5.2.3.2. Teste de Funcionamento (Startup): Cada unidade instalada deverá passar por teste de performance na presença do fiscal do contrato, aferindo: estabilidade da temperatura, ausência de ruídos anormais, vedação de drenos e estanqueidade das conexões.

5.2.3.3. Limpeza e Organização: A medição do serviço estará condicionada à retirada de todos os entulhos, embalagens e resíduos provenientes da instalação, deixando o local em perfeitas condições de uso.

5.2.3.4. Entrega de Documentação: A execução só será considerada concluída após a entrega, por parte da contratada, dos manuais de instrução e dos certificados de garantia dos serviços devidamente preenchidos.

5.2.3.5. Glosas por Desconformidade: Caso o serviço apresente vícios ou defeitos, a Contratada deverá saná-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de glosa (desconto) proporcional no pagamento e aplicação de sanções previstas em edital.

5.3. Da Liquidação:

5.3.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do serviço e respectivo aceite do Contratante.

5.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.3.2.1. O vencimento;

5.3.2.2. A data da emissão;

5.3.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.3.2.4. O período respectivo de execução do objeto;

5.3.2.5. O valor a pagar; e

5.3.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.3.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4. Do Pagamento:

5.4.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.4.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do [Indicar o índice ou taxa que deverá ser utilizado].

5.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.4.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

5.4.6.1. Não produza os resultados acordados;

5.4.6.2. Deixe de executar, ou não execute com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.4.6.3. Deixe de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilize-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.5. Da Antecipação do Pagamento:

5.5.1. Não haverá antecipação de pagamento parcial ou total.

6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Regras Gerais:

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. Da Fiscalização do Contrato:

7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.2.10. [Podem ser incluídas outras rotinas que forem necessárias a depender da especificidade do objeto].

7.3. Da Gestão do Contrato:

7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.4. O gestor do contrato coordenará a atuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.9. [Podem ser incluídas outras rotinas que forem necessárias a depender da especificidade do objeto].

7.4. Do Preposto:

7.4.1. Não será necessária a designação de preposto pelo CONTRATADO.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO por lote.

8.2. Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:

8.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação.

8.3. Da Prova de Conceito (PoC):

8.3.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1.1. Habilitação Jurídica:

9.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.1.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.1.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

9.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

9.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

9.1.4. Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:

9.1.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico- operacional e técnico-profissional.

9.1.5. Declaração:

9.1.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

9.1.5.2. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência.

10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 05 (cinco) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos.

10.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.1.14. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.1.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.2. Do Contratado:

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

10.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

10.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

10.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de

qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

10.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

10.2.13. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.

10.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou fornecedor que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento de execução do contrato;

11.1.9. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens

11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida,

até o limite de 30 (trinta) dias.

- 11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no § 9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9. Em observância ao disposto no § 1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 11.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de **RS 11.803,98** (onze mil oitocentos e três reais e noventa e oito centavos), conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício financeiro vigente.

13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

13.1.1.1. **2101.18.122.705.2500.0001.3.3.90.36.17.0.72.1**

13.1.1.2. **2101.18.541.031.4059.0001.3.3.90.36.17.0.72.1**

13.1.1.3. **2101.18.542.031.4055.0001.3.3.90.36.17.0.72.1**

13.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Samira Machado Alves - Masp 13679196
Responsável pela Elaboração

NÚBIA LAÍS FERNANDES BATISTA - Masp 13552542
Responsável pela Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Samira Machado Alves, Servidor (a) Público (a)**, em 19/03/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **134742910** e o código CRC **6BDF7E8A**.

Referência: Processo nº 2100.01.0001395/2026-65

SEI nº 134742910